

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2018



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2018	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2018.....	11
1.3	Contas 2018	14
2	Demonstrações Financeiras	17
2.1	Balanço	18
2.2	Demonstração dos Resultados.....	19
2.3	Demonstração de Rendimento Integral	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	22
3	Anexos.....	23
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão.....	24
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	26
4	Certificação Legal das Contas.....	45

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2018

MERCADOS FINANCEIROS EM 2018

Economia mundial: Indefinições geopolíticas a pautar a (des)confiança dos investidores

Incerteza, o termo que melhor descreve e justifica o pessimismo observado ao longo do ano de 2018. As temáticas da guerra comercial, o aumento de movimentos populistas na Europa e a subida das taxas de juro nos Estados-Unidos, suplantaram a robustez dos dados económicos. De facto, todas estas ondas de incerteza têm condicionado a confiança das empresas na implementação de novos projetos, essencialmente devido a todos estes riscos geopolíticos. Esta instabilidade tem ofuscado os excelentes dados fundamentais, nomeadamente relacionados com o crescimento da economia global, e o elevado crescimento dos resultados empresariais.

Nos Estados-Unidos, para atenuar o pessimismo originado pelas tensões comerciais com a China e pelo badalado abrandamento económico para o próximo ano, o presidente da Federal Reserve, J. Powell, referiu no final de novembro de 2018 que a taxa de juro está próxima do nível neutral, perspetivando uma suavização do ciclo de subidas. Esta medida permitiu aliviar o custo da dívida, principalmente das empresas e países com exposição a emissões americanas e ainda estabilizar a flutuação do dólar. Assim, e segundo as últimas indicações, a FED deverá implementar apenas duas subidas na taxa de juro direta ao longo do ano de 2019, até ao nível 3%.

Na Europa, a normalização vai iniciar com o término do plano de compras mensais do Banco Central Europeu no final do ano. O início da subida da taxa de juro direta ocorrerá em meados de 2019. O brexit está agendado para 29 março de 2019, apesar da proximidade da data, as indefinições persistem entre um acordo, um não acordo, ou mesmo um no-brexit, possibilidade que surgiu mais recentemente. Em Itália, o atual governo já começou a ceder, todavia persiste no incumprimento das metas europeias na elaboração do seu orçamento.

O Japão enfrenta um abrandamento nas suas exportações, porém, o baixo endividamento das empresas e valorizações atrativas das suas ações face às europeias e americanas, apresentam-se mais interessantes numa conjuntura de subida das taxas de juro.

Os mercados emergentes foram bastante penalizados pela política mais agressiva da Federal Reserve ao longo do último ano, contudo, perante as expetativas da autoridade monetária americana em abrandar o seu ritmo de subida de taxas de juro, deverão beneficiar de um alívio no custo dos seus endividamentos e suavização da apreciação do dólar.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2015	2016	2017	2018	2019
Mundo	+3.5 %	+3.3 %	+3.7 %	+3.7 %	+3.7 %
Zona Euro	+2.1 %	+1.9 %	+2.4 %	+2.0 %	+1.9 %
Alemanha	+1.5 %	+2.2 %	+2.5 %	+1.9 %	+1.9 %
França	+1.0 %	+1.1 %	+2.3 %	+1.6 %	+1.6 %
Itália	+1.0 %	+0.9 %	+1.5 %	+1.2 %	+1.0 %
Espanha	+3.6 %	+3.2 %	+3.0 %	+2.7 %	+2.2 %
Portugal	+1.8 %	+1.6 %	+2.7 %	+2.3 %	+1.8 %
Estados Unidos	+2.9 %	+1.6 %	+2.2 %	+2.9 %	+2.5 %
Canada	+1.0 %	+1.4 %	+3.0 %	+2.1 %	+2.0 %
Japão	+1.4 %	+1.0 %	+1.7 %	+1.1 %	+0.9 %
Reino-Unido	+2.3 %	+1.8 %	+1.7 %	+1.4 %	+1.5 %
China	+6.9 %	+6.7 %	+6.9 %	+6.6 %	+6.2 %
India	+8.2 %	+7.1 %	+6.7 %	+7.3 %	+7.4 %
Brasil	-3.5 %	-3.5 %	+1.0 %	+1.4 %	+2.4 %
Rússia	-2.5 %	-0.2 %	+1.5 %	+1.7 %	+1.8 %

Fonte: FMI

Ações: Guerra comercial a atormentar

Apesar dos resultados empresariais patentearmos números bem robustos, atingindo valores máximos dos últimos anos, existem muitos pontos por clarificar nomeadamente em relação à Guerra Comercial, ao Brexit, ao braço de ferro entre a Europa e Itália e à reversão das políticas monetárias por parte dos principais bancos centrais. Contudo e apesar da nuvem do abrandamento do crescimento global, este situa-se, ainda assim com números interessantes com as perspetivas de crescimento a manterem-se acima dos 3.5% para os próximos anos.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o ano a perder 14.3%, países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha desvalorizaram 11% e 18.3%, respetivamente. Desempenhos bem diferenciados justificados pela diferenciação no peso dos vários setores no tecido empresarial dos 2 países. Os países periféricos, como Espanha, Itália e Portugal obtiveram -15%, -16.1% e -12.2%, respetivamente.

Sectorialmente, o destaque pela positiva vai para setores mais defensivos como os ligados à saúde e utilities, com os seus indexantes a deslizarem apenas entre 2% e 3%, pela negativa o setor financeiro e automóvel com os seus indexantes a caírem mais de 20%. Nos Estados-Unidos, as principais praças bolsistas seguiram a mesma tendência. O Nasdaq desvalorizou 3.9%, o S&P500 obteve -6.2% e o Dow Jones deslizou 5.6%. Sectorialmente, destaque pela positiva para os mesmos setores defensivos: de cuidados de saúde e utilities com performances ligeiramente positivas. Negativamente para o setor energético.

No Japão, o Nikkei 225 deslizou 12.1%, no entanto compensada parcialmente pela apreciação do Yen face ao Euro em 7.6%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 desvalorizou 12.5% no ano, ainda agravado pela depreciação da Libra em 1.2% face ao euro.

Os países emergentes, muito pressionados pela depreciação das suas moedas face ao dólar registaram desempenhos negativos, com o Índice MSCI Emerging Markets a deslizar 16.6% e nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets seguiu a mesma tendência ao descer 16.8%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2018 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	15.0%	2.5%
Rússia	MICEX	12.3%	-2.7%
Estados Unidos	S&P 500	-6.2%	-1.9%
Austrália	ASX 200	-6.9%	-12.0%
Japão	NIKKEI 25	-12.1%	-5.8%
China	HANG SENG	-13.6%	-9.9%
Reino-Unido	FTSE	-12.5%	-13.6%
França	CAC 40	-11.0%	-11.0%
Alemanha	DAX	-18.3%	-18.3%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	-14.3%	-14.3%
Espanha	IBEX 35	-15.0%	-15.0%
Portugal	PSI 20	-12.2%	-12.2%
Itália	MIB	-16.1%	-16.1%

Dados Refinitiv-Eikon , moeda local / Euros

Obrigações: FED deverá abrandar o ritmo de 2018

Ao longo do ano, a FED deu continuidade ao ciclo de subidas de taxas de juro iniciadas no ano anterior, implementando quatro subidas da taxa de juro. No entanto e para contrariar os efeitos da guerra comercial e de um abrandamento do crescimento económico, é expectável que o ciclo de subidas seja abrandado para apenas 2 subidas ao longo do próximo ano.

Na zona euro, o processo de normalização está bem mais atrasado, o programa de compras mensais terminou em Dezembro de 2018, no entanto o início de subida da taxa de juro na zona-euro deverá acontecer apenas a partir do verão do próximo ano, provavelmente apenas no último trimestre do ano. Este atraso na reversão das políticas acomodáticas permitiu uma descida das yields na generalidade dos países da zona euro, exceção para Itália que viu o seu prémio de risco agravar-se devido à instabilidade política na elaboração do seu orçamento. Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França desceram para 0,2% e 0,7%.

Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos vem refletindo o crescimento económico finalizando o ano nos 2,7%.

No Reino Unido, as yields terminaram o ano em 1,3%, num período em que negociam a saída da União Europeia.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	29 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2018
Estados Unidos	2.4%	2.7%
Alemanha	0.4%	0.2%
França	0.8%	0.7%
Itália	2.0%	2.8%
Espanha	1.6%	1.4%
Portugal	1.9%	1.7%
Grécia	4.1%	4.4%
Reino-Unido	1.2%	1.3%
Suíça	-0.1%	-0.2%

Dados Refinitiv-Eikon 2018

Matérias-Primas: Descida generalizada

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflecte a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de -15.4%, para este comportamento muito contribui a performance negativa de aproximadamente 25% do peso pesado do petróleo ao representar aproximadamente 46% do índice. A mesma tendência negativa foi seguida pelo Ouro, Prata, Milho, Soja, Cobre, Alumínio e Gás Natural.

Divisas: Dólar forte face aos principais pares cambiais

No que diz respeito às divisas, o dólar ganhou força face aos principais pares cambiais, principalmente sobre as moedas dos países emergentes. Perante as subidas das taxas de juro americanas, o dólar apreciou 4,6% face ao euro. A libra depreciou 1,2% num contexto de incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. Realce ainda para a apreciação do franco suíço e lene face ao euro em (3,8% e 7,6% respetivamente).

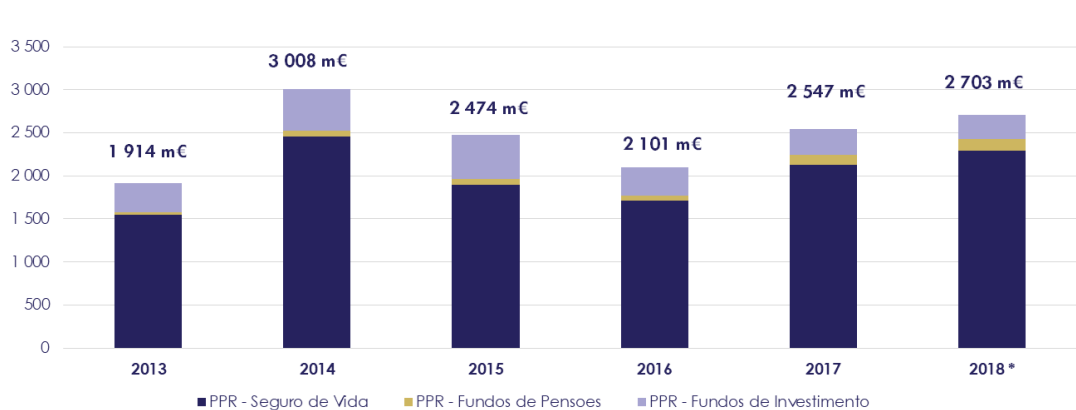
O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM 2018

Evolução do mercado nos últimos 5 anos

No ano de 2018, a produção global de Planos Poupança Reforma, a qual contempla as subscrições em fundos PPR bem como as contribuições em fundos de pensões PPR e os prémios em seguros PPR, aumentou de 6% face ao ano anterior, sem no entanto atingir o nível recorde de 2014. Representou, no ano, um fluxo ilíquido de 3 090 milhões de euros.

A quota da produção anual oriunda da indústria dos fundos de investimento mobiliário foi de 12%.

PRODUÇÃO DE PPR – 2013-2018



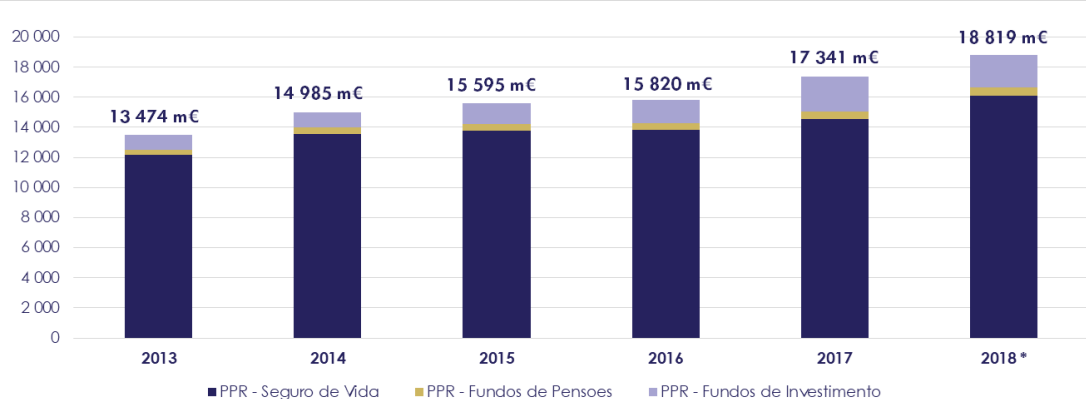
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
PPR - Seguro de Vida	1 548	2 454	1 897	1 715	2 127	2 294
PPR - Fundos de Pensões	27	67	68	58	117	131
PPR - Fundos de Investimento	338	487	510	327	303	278
PRODUÇÃO	1 914	3 008	2 474	2 101	2 547	2 703

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e APFIPP – *Dados 2018: projeções Optimize

Em termos de ativos sob gestão, o mercado dos Planos Poupança Reforma atingiu em 2018 novos recordes, com um valor global de 18 819 milhões de euros, dos quais:

- 86% (16 092 m€) em seguros PPR
- 3% (578 m€) em fundos de pensões PPR
- 13% (2 149 m€) em fundos de investimento mobiliário PPR

ACTIVOS GERIDOS PPR – 2013-2018



	2013	2014	2015	2016	2017	2018 *
PPR - Seguro de Vida	12 148	13 558	13 789	13 837	14 522	16 092
PPR - Fundos de Pensões	365	421	425	446	540	578
PPR - Fundos de Investimento	961	1 006	1 381	1 537	2 279	2 149
ATIVOS SOB GESTÃO	13 474	14 985	15 595	15 820	17 341	18 819

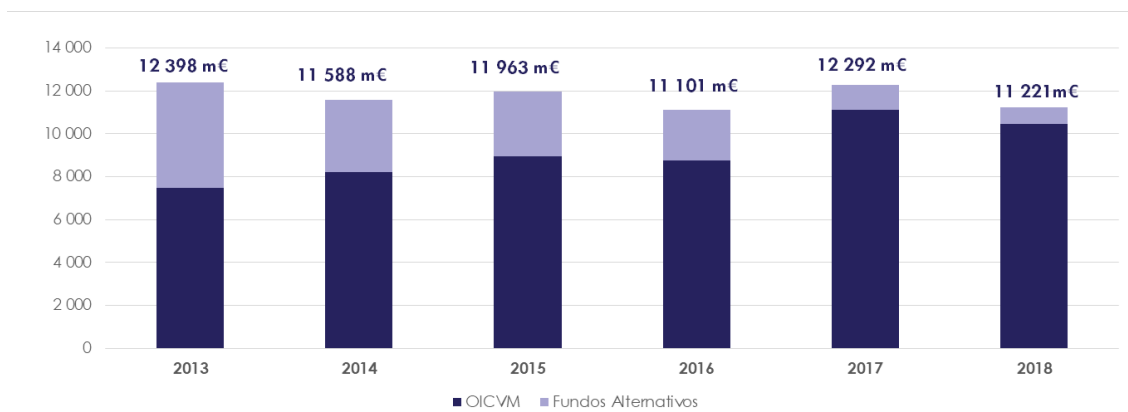
Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e CMVM – * Dados 2018: projeções Optimize

O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM 2018

No ano de 2018, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou uma diminuição do valor dos ativos sob gestão, cujo total voltou aos níveis de 2016. Essa evolução deveu-se a dois fatores:

- Uma evolução desfavorável dos mercados financeiros, valorizando assim mecanicamente as carteiras dos fundos
- Um saldo negativo de subscrições líquidas, de -600 m€, segundo as estatísticas da APFIPP

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2013-2018



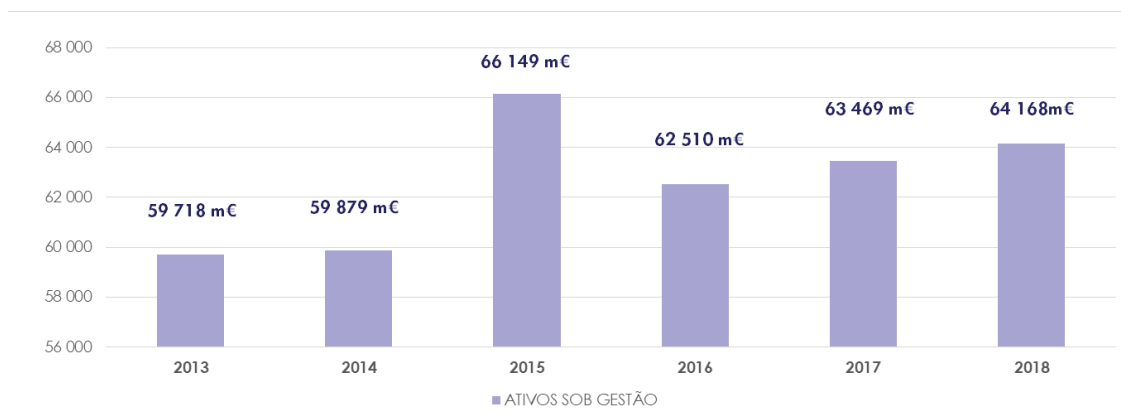
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
OICVM	7 471	8 226	8 959	8 745	11 107	10 470
Fundos Alternativos	4 927	3 362	3 004	2 356	1 185	752
TOTAL FUNDOS	12 398	11 588	11 963	11 101	12 292	11 221

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM 2018

Em 2018, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) registaram um aumento ligeiro, de 1% face ao ano anterior, apesar da evolução desfavorável dos mercados financeiros.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2013-2018



	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº Carteiras Geridas	17 599	19 945	15 596	15 581	12 821	12 962
ATIVOS SOB GESTÃO	59 718	59 879	66 149	62 510	63 469	64 168

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

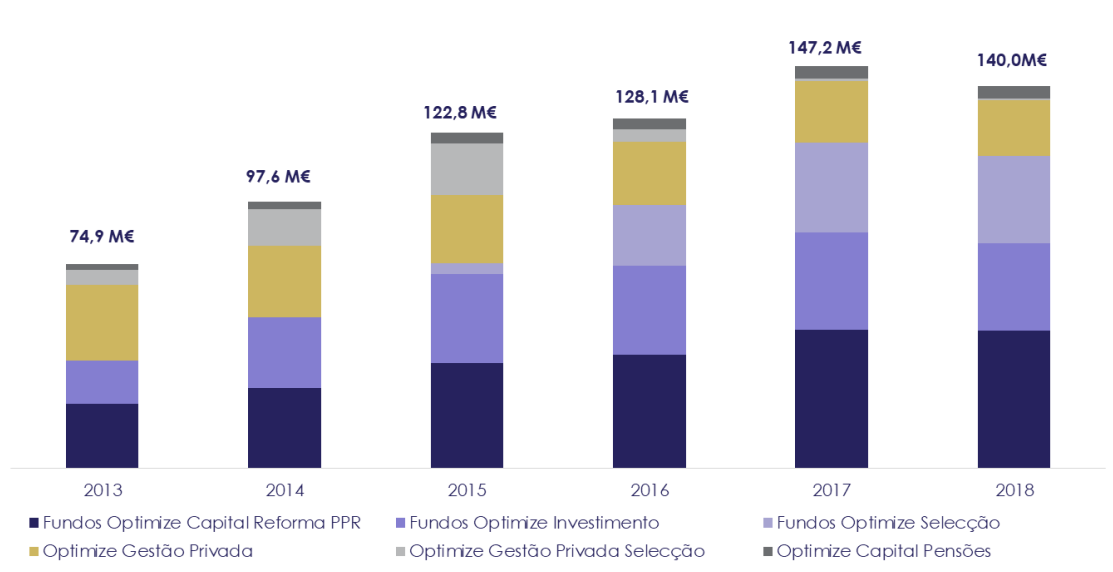
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2018

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Evolução dos activos geridos

Em 2018, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução negativa, pelo primeiro ano desde a criação da Sociedade. Os ativos sob gestão baixaram de 4,8%, de 147,2 m€ a 31 de Dezembro de 2017 para 140,0 m€ a 31 de Dezembro de 2018.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2013-2018



	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	23 403 678	29 170 920	38 553 977	41 344 818	50 745 228	50 244 949
Fundos Optimize Investimento	16 032 363	26 132 371	32 552 923	32 685 097	35 651 054	32 007 279
Fundos Optimize Selecção	0	0	3 815 574	22 181 753	32 723 585	31 945 087
TOTAL FUNDOS	39 436 041	55 303 290	74 922 474	96 211 669	119 119 866	114 197 315
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	27 568 722	26 028 906	25 053 268	23 169 616	22 741 322	20 464 236
Optimize Gestão Privada Selecção	5 471 550	13 448 521	19 077 532	4 667 518	993 612	745 670
Optimize Capital Pensões	2 379 558	2 862 947	3 737 161	4 029 813	4 302 680	4 620 502
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	35 419 830	42 340 374	47 867 961	31 866 948	28 037 614	25 830 407
TOTAL	74 855 871	97 643 665	122 790 434	128 078 617	147 157 480	140 027 723

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2018-2021 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão não foram atingidos.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2018 – PREVISIONAL / REAL

	REAL	PREVISIONAL	DELTA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO			
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	50 244 949	57 626 335	-12,8%
Fundos Optimize Investimento	32 007 279	37 558 969	-14,8%
Fundos Optimize Selecção	31 945 087	37 873 473	-15,7%
TOTAL FUNDOS	114 197 315	133 058 777	-14,2%
GESTÃO DE CARTEIRAS			
Optimize Gestão Privada	20 464 236	22 991 549	-11,0%
Optimize Gestão Privada Selecção	745 670	0	-
Optimize Capital Pensões	4 620 502	4 641 880	-0,5%
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	25 830 407	27 633 430	-6,5%
TOTAL	140 027 723	160 692 207	-12,9%

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners – Previsional: cenário base

Performance dos fundos

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2018

Fundo	2018	DESDE INÍCIO / ANO	INÍCIO
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Ativo	-7,9%	3,7%	25/09/2008
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Equilibrado	-6,8%	3,3%	25/09/2008
Optimize Capital reforma PPR / OICVM Moderado	-3,5%	3,3%	19/08/2010
Optimize Investimento Activo	-12,9%	3,8%	24/11/2008
Optimize Europa Valor	-17,8%	1,8%	31/12/2010
Optimize Europa Obrigações	-0,6%	4,2%	01/07/2013
Optimize Selecção Agressiva	-8,9%	1,3%	02/11/2015
Optimize Selecção Base	-7,2%	0,2%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva	-5,8%	-0,8%	02/11/2015

Em 2018, todos os fundos históricos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades negativas. No entanto, as suas rentabilidades históricas foram premiadas no decorrer do ano.

O fundo Optimize Europa Valor recebeu o prémio APFIPP / Jornal de Negócios 2018 na categoria “Melhor Fundo Flexível”.

O fundo Optimize Investimento Activo recebeu o prémio Morningstar 2018 na categoria “Melhor Fundo Nacional Misto Euro”

O fundo Optimize Europa Obrigações recebeu o selo Funds People 2018, de “Fundo Consistente”

Evolução da Produção

Durante o ano de 2018, a produção líquida atingiu 4 191 341€, apesar das performances negativas dos fundos de investimento.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Capital Reforma PPR (+2 385 301€) e Optimize Selecção (+1 730 253€).

PRODUÇÃO – 2013-2018

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	6 658 497	4 367 688	6 433 654	1 670 415	7 322 680	2 385 301
	8 174 679	7 186 039	9 989 988	5 130 632	9 531 505	6 062 096
Fundos Optimize Investimento	3 869 099	6 894 795	2 362 742	-664 073	1 157 916	741 435
	4 263 445	8 402 514	4 200 548	1 687 620	3 181 856	2 704 264
Fundos Optimize Selecção	0	0	909 555	3 259 774	5 085 088	1 730 253
	0	0	906 096	4 549 713	7 111 339	3 826 541
TOTAL FUNDOS	10 527 596	11 262 482	9 705 951	4 266 117	13 565 684	4 856 989
	12 438 124	15 588 554	15 096 632	11 367 966	19 824 699	12 592 901
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	-3 645 905	-3 647 062	-625 050	-2 235 611	-766 850	-1 101 544
	6 638 194	4 368 490	1 200 959	453 676	1 284 376	686 926
Optimize Gestão Privada Selecção	3 903 801	6 981 936	8 465 398	-545 251	-169 004	-92 940
	4 068 433	7 333 986	9 437 475	234 085	4 952	11 373
Optimize Capital Pensões	1 336	278 780	703 247	145 509	91 698	528 836
	96 186	610 708	817 963	307 656	363 642	661 740
TOTAL GESTÃO PRIVADA	259 232	3 613 654	8 543 595	-2 635 353	-844 155	-665 648
	10 802 813	12 313 184	11 456 396	995 417	1 652 970	1 360 039
TOTAL	10 786 828	14 876 136	18 249 545	1 630 764	12 721 529	4 191 341
	23 240 937	27 901 737	26 553 028	12 363 383	21 477 669	13 952 940

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos. Fonte Optimize Investment Partners.

Perspetivas para 2019

Em 2019 e nos anos seguintes, a Optimize Investment Partners entende:

- Reforçar a sua quota de mercado no mercado nacional através de novas parcerias de distribuição e graças à recém criação de um quarto fundo na sua gama de PPR: o fundo Optimize Capital Reforma PPR Agressivo, criado em 31 de Dezembro de 2018 e que pode investir até 100% em ações.
- Iniciar uma atividade internacional através da distribuição dos seus fundos da gama Optimize Investimento bem como da sua gestão privada, em Espanha e na América do Sul, graças às suas novas parcerias de negócios e capitalísticas com a DIF Broker.

1.3 Contas 2018

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA realizou em 2018 um Produto Bancário de 1 618 947,16€, e um resultado antes de impostos de 678 380,53€. O resultado líquido do ano de 522 011, 07€.

Síntese da Demonstração dos Resultados a 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
Juros e rendimentos similares	4 900,59 €	5 613,69 €
Juros e encargos similares	163,34 €	762,70 €
Margem Financeira	4 737,25 €	4 850,99 €
Rendimentos de serviços e comissões	2 071 873,17 €	1 943 857,87 €
Encargos com serviços e comissões	411 416,70 €	389 134,55 €
Resultados de ativos financeiros	960,00 €	0,00 €
Resultados de reavaliação cambial	-314,55 €	-13,45 €
Outros resultados de exploração	-46 892,01 €	-26 029,45 €
Produto bancário	1 618 947,16 €	1 533 531,41 €
Custos com pessoal	638 548,57 €	672 516,45 €
Gastos gerais administrativos	276 938,21 €	331 117,44 €
Amortizações do exercício	25 079,85 €	30 538,62 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	0,00 €	-2 435,00 €
Resultado antes de impostos	678 380,53 €	501 793,90 €
Impostos Correntes	155 869,46 €	124 104,77 €
Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €
Resultado após impostos	522 511,07 €	377 689,13 €

O resultado antes de impostos do exercício é positivo pelo sexto ano consecutivo, em progressão de 35% face ao exercício de 2017 e ligeiramente superior às previsões que apontavam para um resultado de 640 796,00€.

Demonstração dos Resultados 2018 – Previsional e Real

	Real 2018	Previsional 2018
Comissões de Gestão	2 071 873,17 €	2 195 282 €
Produto Financeiro	4 737,25 €	5 670 €
Outros Rendimentos	0,00 €	0,00 €
Rendimentos	2 076 610,42 €	2 200 951 €
Custos com Distribuição	411 416,70 €	440 896 €
Custos com pessoal	638 548,57 €	706 140 €
Gastos gerais administrativos	276 938,21 €	347 600 €
Amortizações do exercício	25 079,85 €	24 519 €
Outros Custos	46 246,56 €	41 000 €
Total Custos	1 398 229,89 €	1 560 155 €
Resultado	678 380,53 €	640 796 €
Impostos	155 869,46 €	147 179 €
Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido	522 511,07 €	493 617 €

Previsional: cenário base

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2018

A empresa dispunha no final de 2018 de uma tesouraria de 1 225 320,00€.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	47,90 €	70,31 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 225 272,10 €	989 533,99 €
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Tesouraria Total	1 225 320,00 €	989 604,30 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 522 511,07€, seja aplicado da seguinte forma:

- 52 251,11€ (ou seja 10%) para Reserva Legal
- 470 259,96€ (ou seja 90%) para Dividendos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2018 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

PERSPETIVAS FUTURAS

Após 7 anos de resultados acima do break-even em termos operacionais, e 6 anos em termos de resultado líquido, a equipa de Administração da Optimize Investment Partners antecipa um desempenho positivo da sua atividade, que deverá permitir constatar resultados em crescimento no exercício 2019 e seguintes.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2018, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2019

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017, EM EUROS

					EUR
		Notas	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo					
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		47,90	0,00	47,90	70,31
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	1 225 272,10	0,00	1 225 272,10	989 533,99
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	142 599,25	0,00	142 599,25	172 433,50
Aplicações em instituições de crédito		0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito a clientes		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos com acordo de recompra		0,00	0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	3	179 308,16	127 486,25	51 821,91	37 220,29
Ativos intangíveis	4	87 544,93	74 853,65	12 691,28	2 054,69
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos	5	250 952,71	0,00	250 952,71	300 644,69
Total de Ativo		1 885 725,05	202 339,90	1 683 385,15	1 501 957,47
					EUR
		Notas	31/12/2018	31/12/2017	
Passivo					
Recursos de bancos centrais			0,00	0,00	
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00	
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			0,00	0,00	
Recursos de outras instituições de crédito			0,00	0,00	
Recursos de clientes e outros empréstimos			0,00	0,00	
Responsabilidades representadas por títulos			0,00	0,00	
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			0,00	0,00	
Derivados de cobertura			0,00	0,00	
Passivos não correntes detidos para venda			0,00	0,00	
Provisões			0,00	0,00	
Passivos por impostos correntes	7		52 928,37	49 603,49	
Passivos por impostos diferidos			0,00	0,00	
Instrumentos representativos de capital			0,00	0,00	
Outros passivos subordinados			0,00	0,00	
Outros passivos	8		418 848,83	422 542,63	
Total de Passivo			471 777,20	472 146,12	
Capital					
Capital	9		450 771,71	450 771,71	
Prémios de emissão			0,00	0,00	
Outros instrumentos de capital	9		126 037,29	126 037,29	
Acções próprias			0,00	0,00	
Reservas de reavaliação	2		61,75	856,00	
Outras reservas e resultados transitados			112 226,13	74 457,22	
Resultado do exercício			522 511,07	377 689,13	
Dividendos antecipados			0,00	0,00	
Total de Capital			1 211 607,95	1 029 811,35	
Total de Passivo e Capital			1 683 385,15	1 501 957,47	

2.2 Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017, EM EUROS

		EUR	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Juros e rendimentos similares	10	4 900,59	5 613,69
Juros e encargos similares	10	163,34	762,70
Margem financeira		4 737,25	4 850,99
Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
Rendimentos de serviços e comissões	11	2 071 873,17	1 943 857,87
Encargos com serviços e comissões	12	411 416,70	389 134,55
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0,00	0,00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	13	960,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	13	-314,55	-13,45
Resultados de alienação de outros ativos		0,00	0,00
Outros resultados de exploração	14	-46 892,01	-26 029,45
Produto bancário		1 618 947,16	1 533 531,41
Custos com pessoal	15	638 548,57	672 516,45
Gastos gerais administrativos	16	276 938,21	331 117,44
Amortizações do exercício	3,4	25 079,85	30 538,62
Provisões líquidas de reposições e anulações		0,00	-2 435,00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		0,00	0,00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		678 380,53	501 793,90
Impostos			
Correntes		155 869,46	124 104,77
Diferidos		0,00	0,00
Resultado após impostos		522 511,07	377 689,13
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do período	522 511,07	377 689,13
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	-794,25	17 125,25
Imposto Diferido	0,00	0,00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0,00	0,00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	521 716,82	394 814,38

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2018 E 2017, EM EUROS

	EUR	
	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	0,00	0,00
Comissões recebidas	2 107 716,62	1 944 238,47
Pagamento de juros	0,00	0,00
Pagamento de comissões	-77 143,89	-95 079,48
Pagamentos a empregados	-361 924,24	-327 563,69
Pagamentos a fornecedores	-324 507,71	-435 594,29
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-410 250,13	-457 583,37
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	141 083,69	185 558,24
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-331 099,27	-295 333,61
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-152 503,49	-139 111,35
	591 371,58	379 530,92
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Recebimentos respeitanto a:		
Venda de ativos financeiros	0,00	0,00
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	0,00	24 000,00
Juros e proventos similares	35 622,50	5 622,50
Dividendos	0,00	0,00
Pagamentos respeitanto a:		
Aquisição de ativos financeiros	0,00	0,00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-51 358,16	-8 477,56
Juros e proventos similares	0,00	0,00
Dividendos	-339 920,22	-251 313,93
	-355 655,88	-230 168,99
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Recebimentos respeitanto a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios de doações	0,00	0,00
Vendas de ações próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitanto a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortizações de contratos de locação financeira	0,00	-6 071,95
Juros e custos similares	0,00	-898,02
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e prestações suplementares	0,00	0,00
Aquisições de ações próprias	0,00	0,00
	0,00	-6 969,97
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	235 715,70	142 391,96
Caixa e seus equivalentes no início de período	989 604,30	847 212,34
Caixa e seus equivalentes no fim de período	1 225 320,00	989 604,30

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2018 E 2017, EM EUROS

EUR

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2016	450 771,71	0,00	126 037,29	55 206,46	-16 269,25	0,00	-8 673,01	279 237,70	886 310,90
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado de 2016				27 923,77				-27 923,77	0,00
Redução de capital social									0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2017					17 125,25				17 125,25
Resultado Líquido								377 689,13	377 689,13
Operações com detentores de capital									
Distribuição de Dividendos								-251 313,93	-251 313,93
Saldos em 31/12/2017	450 771,71	0,00	126 037,29	83 130,23	856,00	0,00	-8 673,01	377 689,13	1 029 811,35
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado de 2017				37 768,91				-37 768,91	0,00
Redução de capital social									0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2018					-794,25				-794,25
Resultado Líquido								522 511,07	522 511,07
Operações com detentores de capital									
Distribuição de Dividendos								-339 920,22	-339 920,22
Saldos em 31/12/2018	450 771,71	0,00	126 037,29	120 899,14	61,75	0,00	-8 673,01	522 511,07	1 211 607,95

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Carlos Ahrens Teixeira Esteves
Secretário	Tiago da Silva Delfim de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Claire Teixeira
Administradores	Pedro Lino Tiago da Silva Delfim de Matos Diogo Pereira dos Santos Teixeira José dos Santos Teixeira Nuno Ricardo Teixeira dos Santos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Conta	BDO & Associados - SROC, Lda. representada por Pedro Manuel Aleixo Dias
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Gonçalo Raposo da Cruz, ROC

CONSELHO FISCAL

Presidente	João António Martins de Sousa e Moura
Vogais	Nuno Miguel Ribeiro António Luís Pedro dos Santos Caeiro
Suplente	Carlos Alberto Domingues Ferraz

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, não existem membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de Dezembro de 2018, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Conforme aviso 10/2011 do Banco de Portugal, informamos que:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração é composta dos seguintes elementos:
 - Colaboradores: sem remuneração variável, com a exceção da equipa comercial
 - Administradores não executivos: sem remuneração variável
 - Administradores executivos: sem remuneração variável, com a exceção do Administrador com pelouro comercial

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os Colaboradores: os Administradores Executivos
 - Para os Administradores: a Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário, de gestão discricionária de carteiras, e comercialização de unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por outrem, com o número de registo 327.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o Aviso n.º 05/2015 do BdP, a partir de 1 de janeiro de 2016, as entidades sujeitas à supervisão do BdP devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual e as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

O regime transitório, que é aplicável à OPTIMIZE SGFIM, definia que as suas demonstrações financeiras de 2016, em base individual, são preparadas de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

Assim, a Sociedade Gestora concretizou a efetiva alteração do normativo contabilístico para as Normas Internacionais de Contabilidade, a partir de 1 de janeiro de 2017.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2016

Políticas contabilísticas mais significativas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Comissão de gestão

A comissão de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospectos, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

b) Comissão de Gestão Privada

A comissão de Gestão Privada, corresponde à remuneração da sociedade pela sua atividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respetivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua atividade encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas estabelecidas para fins fiscais, as quais se consideram traduzir a vida útil esperada dos bens.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que atualmente é de 3 anos.

e) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

g) Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

h) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 1 - DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à Ordem	1 225 272,10	989 533,99
Banco LJ Carregosa	86 296,70	51 217,22
Banco Invest	16 377,54	9 817,81
Banque de Luxembourg	646 127,11	519 209,31
Banco BPI	375 247,41	409 289,65
Caixa Geral de Depósitos	54 423,34	0,00
Andbank Luxembourg	46 800,00	0,00

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2017	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Amortização do ativo	Justo valor a 31.12.2018
OT PGB 4.45% 15/06/18	30 633,00	0,00	0,00	-1 593,00	0,00	-29 040,00	0,00
OT PGB 5.65% 15/02/24	31 857,50	0,00	0,00	-544,25	0,00	0,00	31 313,25
OT PGB 2.875% 10/15/25	109 943,00	0,00	0,00	1 343,00	0,00	0,00	111 286,00
	172 433,50	0,00	0,00	-794,25	0,00	-29 040,00	142 599,25

O título OT PGB 4.45% 15/06/18 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.45% e vencimento em 15 de Junho de 2018.

O título OT PGB 5.65% 15/02/24 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 5.65% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2024.

O título OT PGB 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2.875% e vencimento em 15 de Outubro de 2025.

NOTA 3 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	47 020,55	0,00	8 077,72	0,00	0,00	55 098,27
Outras máquinas administrativas	1 494,88	0,00	297,67	0,00	0,00	1 792,55
Equipamento informático	65 275,67	0,00	23 726,52	0,00	0,00	89 002,19
Instalações interiores	9 917,15	0,00	2 452,69	0,00	0,00	12 369,84
Veículos em locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	21 045,31	0,00	0,00	0,00	0,00	21 045,31
Total Bruto	144 753,56	0,00	34 554,60	0,00	0,00	179 308,16
Mobiliário e material	40 777,99	0,00	1 851,20	0,00	0,00	42 629,19
Outras máquinas administrativas	522,65	0,00	214,74	0,00	0,00	737,39
Equipamento informático	52 086,62	0,00	13 625,87	0,00	0,00	65 712,49
Instalações interiores	5 435,94	0,00	1 630,53	0,00	0,00	7 066,47
Veículos em locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	8 710,07	0,00	2 630,64	0,00	0,00	11 340,71
Total amortizações	107 533,27	0,00	19 952,98	0,00	0,00	127 486,25
Total Líquido	37 220,29	0,00	14 601,62	0,00	0,00	51 821,91

NOTA 4 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	71 781,47	0,00	13 448,84	0,00	0,00	85 230,31
Outros	0,00	0,00	2 314,62	0,00	0,00	2 314,62
Total Bruto	71 781,47	0,00	15 763,46	0,00	0,00	87 544,93
Software	69 726,78	0,00	4 934,00	0,00	0,00	74 660,78
Outros	0,00	0,00	192,87	0,00	0,00	192,87
Total amortizações	69 726,78	0,00	5 126,87	0,00	0,00	74 853,65
Total Líquido	2 054,69	0,00	10 636,59	0,00	0,00	12 691,28

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	71 781,47	13 448,84	-	74 660,78	10 569,53	33,33%
Outros	-	2 314,62	-	192,87	2 121,75	33,33%

NOTA 5 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Outros ativos	250 952,71	300 644,69
Setor público administrativo	4 201,67	16 808,01
IRC - PEC	0,00	0,00
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	0,00	0,00
DGCI	0,00	0,00
Retenções IRS clientes	4 201,67	16 808,01
Devedores diversos	12 342,71	36 800,57
Banque de Luxembourg	0,00	4 800,00
Hercesa - Caução renda escritório	0,00	0,00
SONAGI - Caução renda escritório	7 744,00	7 744,00
CTT conta corrente	154,41	253,53
Banco Invest	0,00	18 293,70
MFEX Mutual Funds Exchange AB	979,00	1 931,00
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões,SA	264,99	224,04
Banif Pensões-Soc. G. Fundos Pensões, S.A.	0,00	0,00
Fundos de Compensação do Trabalho	2 350,46	1 417,94
Optimize - Mediação de Seguros	200,00	1 841,31
Optimize Investimento SGPS	0,00	25,00
Via Verde Portugal, S.A.	18,20	16,45
Seguradoras Unidas, S.A.	172,52	0,00
Reuters Ltd	380,00	0,00
London Stock Exchange	79,13	0,00
<i>Outros devedores</i>	<i>0,00</i>	<i>253,60</i>
Devedores diversos - Fundos	150 333,86	137 380,05
Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR	29 010,93	29 283,58
Optimize Capital Reforma Ativo PPR	33 009,65	32 674,45
Optimize Capital Reforma Moderado PPR	9 957,32	7 688,41
Optimize Investimento Activo	17 652,38	19 528,38
Optimize Europa Valor	15 196,39	18 136,23
Optimize Capital Pensões Acções	2 626,84	2 041,50
Optimize Capital Pensões Equilibrado	2 323,31	1 910,00
Optimize Capital Pensões Moderado	1 674,52	1 649,52
Optimize Europa Obrigações	11 116,14	11 493,45
Optimize Selecção Base	19 009,37	8 360,91
Optimize Selecção Agressiva	5 532,12	3 614,46
Optimize Selecção Defensiva	3 224,89	999,16
Clientes Gestão Privada	49 493,60	55 711,28
Comissão Fixa	48 810,12	55 217,81
Comissão de Entrega	0,00	0,00
Comissão de Performance	683,48	493,47
Clientes Fundos	1 791,45	2 148,98
Comissão de Entrega	1 791,45	2 148,98
Despesas com Encargos Diferidos	31 463,91	49 748,38
Seguros	7 905,03	19 453,21
Rendas de Locação Operacional	455,81	223,90
Outras Rendas	3 233,67	3 197,85
Outras	19 869,40	26 873,42
Rendimentos a receber	1 325,51	2 047,42
Outras Contas de Regularização - IVA	0,00	0,00

NOTA 6 - PROVISÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Provisões

Provisões para risco geral de crédito

Saldo 31.12.2017	-
Aumento	-
Reposições e anulações	-
Saldo 31.12.2018	-

As provisões para risco geral de crédito, eram constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que foi alterado pelos Avisos 2/99, 3/99, 7/2000, 4/2002, 8/2003, 9/2003 e 3/2005. O Aviso mencionado foi revogado pelo Aviso do BdP n.º 05/2015, que define que a Sociedade Gestora deverá proceder à avaliação das imparidades nos termos da IAS 39.

NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Passivos por impostos correntes	52 928,37	49 603,49
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	52 928,37	49 603,49

NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Outros passivos	418 848,83	422 542,63
Credores - Setor público administrativo	24 196,27	39 677,54
Retenção de impostos na fonte	10 623,09	27 152,60
Contribuições para a segurança social	13 573,18	12 524,94
Credores por fornecimento de bens	9 349,62	24 918,41
Outros Credores	307 825,86	291 275,03
Angariadores	8 207,78	8 134,77
Empresas do grupo	0,00	0,00
Despesas colaboradores	5,00	78,00
Clientes - Ofertas e Promoções	299 477,14	281 128,44
Outros Credores	135,94	1 933,82
Encargos a pagar	71 759,41	62 395,66
Remunerações de empregados	41 833,34	35 770,54
Encargos sociais	9 935,44	7 806,76
Outros encargos a pagar	19 990,63	18 818,36
Outras Contas de Regularização - IVA	5 717,67	4 275,99

O saldo de 299 477,14€ de Clientes – Ofertas e Promoções, correspondente a promoções a pagar no início de cada ano aos clientes, foi liquidado em Janeiro de 2019.

NOTA 9 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126,037.29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito à autorização prévia por parte do Banco de Portugal.

NOTA 10 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	4 737,25	4 850,99
Juros e rendimentos similares	4 900,59	5 613,69
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0,00	0,00
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	4 900,59	5 613,69
Outros juros e encargos similares	163,34	762,70

NOTA 11 - RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões	2 071 873,17	1 943 857,87
Comissão de gestão de fundos de investimento	1 777 560,50	1 636 705,76
Comissões de gestão de discricionária	294 312,67	307 152,11
Comissão Fixa	222 074,26	259 300,01
Comissão Performance	662,87	697,32
Comissão de Entrega	71 575,54	47 154,78
Rebates fundos em carteiras de gestão discricionária	0,00	0,00

NOTA 12 - ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Encargos com serviços e comissões	411 416,70	389 134,55
Comissões por depósito e guarda de valores	0,00	0,00
Honorários angariadores	79 606,87	63 946,16
Ofertas e promoções a clientes	331 809,83	325 188,39
Por serviços bancários prestados	0,00	0,00

O valor de 79 606,87€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pelo seu agente vinculado.

As ofertas e comissões a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 13 - RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Resultados em operações financeiras	645,45	-13,45
Resultados de reavaliação cambial	-314,55	-13,45
Ganhos em diferenças cambiais	17,91	122,44
Perdas em diferenças cambiais	332,46	135,89
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	960,00	0,00
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	960,00	0,00
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00

NOTA 14 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Essa rubrica tem a seguinte composição

	2018	2017
Outros resultados de exploração	-46 892,01	-26 029,45
Outros encargos e gastos operacionais	-38 021,04	-32 935,47
Taxa mensal CMVM	-13 600,56	-13 483,75
Sistema de Indemnização aos Investidores	-3 000,00	-3 000,00
Outros	-4 227,29	-4 240,41
Renda de locação operacional	-2 118,74	-2 685,08
Regularização anual pro-rata	-1 515,23	-985,14
Ofertas e promoções a clientes	0,00	0,00
Comissão Autoridade da Concorrência	-593,32	-570,19
Quotizações e donativos	-14 300,00	-11 740,00
Outros	-2 893,19	-471,31
Outras comissões pagas por serviços bancários	-11 027,10	-5 988,83
Outros rendimentos e receitas operacionais	2 156,13	12 894,85
Reembolso de despesas	0,00	0,00
Fees de tratamento de dossier	0,00	0,00
Rebates fundos em carteira gestão privada	0,00	9 089,01
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Ganhos ativos tangíveis - Locação financeira	0,00	3 805,81
Outros	2 156,13	0,03

NOTA 15 - CUSTOS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Custos com pessoal	638 548,57	672 516,45
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	194 693,41	200 483,62
Remuneração de empregados	331 974,05	353 691,28
Encargos sociais obrigatórios	111 881,11	116 916,39
Outros custos com pessoal	0,00	1 425,16

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Gastos Gerais Administrativos	276 938,21	331 117,44
Gastos gerais com fornecimentos	20 617,68	23 644,38
Água, energia e combustíveis	4 786,95	5 337,83
Material de consumo corrente	10 547,40	12 849,86
Outros fornecimentos de terceiros	5 283,33	5 456,69
Gastos gerais com Serviços	256 320,53	307 473,06
Rendas e alugueres	38 919,72	38 374,20
Comunicações	29 295,98	25 421,74
Deslocações estadas e representação	31 692,29	30 922,19
Publicidade	26 835,78	46 803,23
Conservação e reparação	7 911,98	8 704,62
Formação de pessoal	1 793,38	5 334,56
Seguros	17 061,70	11 482,39
Serviços especializados	102 783,90	140 015,68
Outras Avenças	8 361,19	5 257,69
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	700,17	700,17
Informática	45 327,05	45 396,75
Segurança e vigilância	656,67	647,64
Informações	36 316,02	48 486,03
Auditoria	9 619,20	9 582,40
Serviços Consultoria e Apoio	1 803,60	29 945,00
Outros serviços	25,80	414,45

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de 8 000,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

NOTA 17 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2018	2017
Valores extra-patrimoniais	237 729 486,37	248 451 737,24
Compromissos perante terceiros	102 852,53	116 404,62
Sistema de Indemnização aos Investidores	102 852,53	116 404,62
Valores administrados pela instituição	237 626 633,84	248 335 332,62
Gestão de Carteiras	123 664 085,67	129 565 917,20
Fundos de Investimento geridos	113 962 548,17	118 769 415,42

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque são neutros em termos de ativos realmente geridos.

NOTA 18 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS	DIF Broker	DIF Markets
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2015	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2017	-6 254,01	25,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2018	-8 007,78	0,00	0,00	0,00

O saldo final a 31 de Dezembro de 2018 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 8 007,78€.

O saldo final a 31 de Dezembro de 2017 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 8 925,32€, faturação de salários pelo valor de 200,00€ (referente ao mês de Dezembro, os meses anteriores já tenham sido liquidados) e faturação de despesas ligadas ao veículo da Optimize Mediação de Seguros pelo valor de 1 641,31€.

O saldo final a 31 de Dezembro de 2017 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Investimento SGPS corresponde ao custo de uma consulta de certidão permanente realizada pela Optimize Investment Partners faturada à Optimize Investimento SGPS, pelo valor de 25,00€.

NOTA 19 - RECONCILIAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A taxa efetiva de 23.0% em 2018, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

	2018	2017
Resultado antes de Imposto	678 339,44	501 500,62
Variações patrimoniais não refletidas no resultado líquido	61,75	856,00
Despesas não dedutíveis	11 155,77	21 363,57
Despesas a deduzir	-2 900,00	-7 933,80
Resultado tributável	686 656,96	515 786,39
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00	0,00
Matéria coletável total	686 656,96	515 786,39
Outros impostos incidentes sobre lucros	144 197,96	108 315,14
Derrama	10 299,85	7 736,80
Tributação Autónoma	1 330,54	7 759,55
Carga fiscal total	155 828,36	123 811,49
Taxa Efetiva	23,0%	24,7%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2018	2017
Prémios de seguros e contribuições	3 534,44	3 331,48
Provisões não dedutíveis	0,00	0,00
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pela pr	156,25	55,00
Despesas não documentadas	0,00	115,54
Encargos não devidamente documentados	70,00	0,00
Desp. desloc. viatura própria	5 369,28	4 280,42
Correcções relativas a exercícios anteriores	25,80	298,91
Depreciações e amortizações não aceites como gas	0,00	9 492,63
Donativos não previstos ou além dos limites legais	2 000,00	
Mais valia sem intenção de reinvestimento	0,00	3 159,59
Outros	0,00	630,00
	11 155,77	21 363,57

Despesas a deduzir	2018	2017
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Reversão de provisões	0,00	0,00
Mais valias contabilísticas	0,00	3 805,80
Outros	2 900,00	4 128,00
	2 900,00	7 933,80

NOTA 20 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2018	2017
Risco de crédito	1 443 435,39	1 238 382,88
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 225 272,10	989 533,99
Estado e outras entidades públicas	4 201,67	16 808,01
Fundos de investimento	150 333,86	137 380,05
Clientes	51 285,05	57 860,26
Outros devedores	12 342,71	36 800,57

Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2018	2017
Ativos financeiros disponíveis para venda		
OT PGB 4.45% 15/06/18	0,00	30 633,00
OT PGB 5.65% 15/02/24	31 313,25	31 857,50
OT PGB 2.875% 10/15/25	111 286,00	109 943,00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de Dezembro de 2018, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Reteurs, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de Dezembro de 2018.

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 14.

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 Euros foi realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 Euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018

Adoção da IFRIC 22: Transações em Moeda Estrangeira e Retribuição Antecipada (Regulamento 2018/519, de 28 de março)

A IFRIC 22 estabelece a data da transação como o fator determinante para o cálculo a taxa de câmbio a usar nas contraprestações pagas ou recebidas em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40 (Regulamento 2018/400, de 14 de março)

As alterações à IAS 40 - Propriedades de Investimento - vêm clarificar que a transferência de ativos só pode ser efetuada quando existe prova da sua alteração de uso, sendo que a alteração de decisão da gestão não é suficiente para ser efetuada a transferência. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2 (Regulamento 2018/289, de 26 de fevereiro)

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro)

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS: Esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19.
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados, de forma individual, ao justo valor. A melhoria refere ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas suas próprias subsidiárias, na aplicação do MEP (método de equivalência patrimonial).
- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro)
- Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações das entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da entrada em vigor da IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estas alterações são aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro)

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma tais como: a) a determinação das obrigações de desempenho de um contrato; b) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; c) seleção de novos regimes transitórios previstos para implementação da IFRS 15. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR EM EXERCÍCIOS COM INÍCIO EM OU APÓS 01 DE JANEIRO DE 2019

Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa (Regulamento 2018/498, de 22 de março)

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro)

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Adoção da IFRIC 23: Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento (Regulamento 2018/1595, de 23 de outubro)

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. Esta interpretação será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD” (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE” (IFRIC) E AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitida pelo IASB em 11set14)

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios (emitida pelo IASB em 30jan14)

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

IFRS 17: Contratos de Seguros (emitida pelo IASB em 18mai17)

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (emitida pelo IASB em 12out17)

Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017 (emitida pelo IASB em 12dez17)

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos
- Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 19: Alteração, redução ou liquidação de plano de benefícios definidos (emitida pelo IASB em 7fev18)

Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a remensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações às referências para a Estrutura Concetual das IFRS revista (emitida pelo IASB em 29mar18)

Em março de 2018 o IASB procedeu à revisão da Estrutura Concetual das IFRS. Para as entidades que usam a Estrutura Concetual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma IFRS se aplica a uma determinada transação particular, a Estrutura Concetual revista é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As necessárias alterações às diversas IFRS decorrentes da revisão da Estrutura Concetual foram também já emitidas pelo IASB estando essa alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais (emitida pelo IASB em 22out18)

Estas alterações à IFRS 3 vêm aperfeiçoar a definição de concentração de atividade empresarial, ajudando as entidades a determinar se uma determinada aquisição efetuada se refere de facto a uma atividade empresarial ou apenas a um conjunto de ativos. Para além da alteração da definição, esta alteração vem providenciar algumas orientações adicionais. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de Material (emitida pelo IASB em 31out18)

Estas alterações à IAS 1 e à IAS 8 vêm atualizar a definição de “material”, de forma a facilitar os julgamentos efetuados pelas entidades sobre a materialidade. A definição de “material”, um importante conceito contabilístico nas IFRS, ajuda as entidades a decidir sobre se a informação deverá ser ou não incluída nas demonstrações financeiras. As alterações clarificam a definição de “material” e a forma como a mesma deverá ser utilizada através da inclusão na definição de orientações que até ao momento não faziam parte das IFRS. Adicionalmente, as explicações que acompanham essa definição foram aperfeiçoadas. Por último, as alterações efetuadas asseguram que a definição de “material” é consistente ao longo de todas as IFRS. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por OPTIMIZE SGFIM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1 683 385 euros e um total de capital próprio de 1 211 608 euros, incluindo um resultado líquido de 522 511 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2019



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.



OPTIMIZE

Investment Partners

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da *OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Durante o exercício o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.



OPTIMIZE
Investment Partners

6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2019

O CONSELHO FISCAL

JOÃO ANTÓNIO MARTINS DE SOUSA E MOURA - PRESIDENTE

NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTÓNIO - VOGAL

LUÍS PEDRO DOS SANTOS CAEIRO - VOGAL